

# Geografias das Sexualidades: Deslocando Hegemonias? Uma entrevista com Kath Browne

**Paulo Jorge Vieira**

Centro de Estudos Geográficos - Instituto de Geografia  
e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa

**Joseli Maria Silva**

GETE – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Kath Browne é uma importante geógrafa da nova geração de pesquisadores dos países anglófonos na área das geografias das sexualidades. Com uma promissora obra, Kath Browne tem se dedicado a diversas temáticas que relacionam Geografia, sexualidades e gênero. A multiplicidade de temas passa por questões relacionadas às mulheres lésbicas, população trans ou investigações sobre sexismo e formas de discriminação à população LGBT.

A entrevista explora o trabalho de cooperação e integração das geografias das sexualidades na *Royal Geographical Society* e o trabalho de cooperação em que se viu envolvida na organização da I Conferência Europeia das Geografias das Sexualidades em 2011, bem como sobre a interação entre investigação e ativismo.

**Paulo Jorge Vieira e Joseli Maria Silva – Kath, você é uma das mais importantes autoras da nova geração de geógrafos das sexualidades. Uma das inovações desenvolvidas por sua geração foi a criação do *Space, Sexualities and Queer Research Group* (SSQRG) na *Royal Geography Society* (RGS). Como foi o processo de constituição desse grupo?**

**Kath Browne:** Comecei a sondar a possibilidade de criar um grupo de 'espaço e sexualidade' integrando a Royal Geographical Society Institute of British Geographers em 2004. Na época, Jason Lim acompanhava-me na execução de tal projeto. Em 2005 Gavin Brown também começou a fazer parte do

grupo. Para mim, o que importava era o estabelecimento de uma rede de apoio, um grupo de pessoas que não só trabalhassem juntos, mas também apoiassem uns aos outros. Eu/nós fomos fortemente inspirados nas experiências e ethos tanto do *Women In Geography Study Group* quanto do *Sexuality and Space group* (como parte da *Association of American Geographers*). Particularmente queríamos que o grupo não fosse somente um grupo de pesquisa, mas sim que defendesse de dentro da academia a diferença sexual e de gênero. Estávamos determinados que o grupo defendesse as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer e intersex, e contestasse as normatividades sexuais/gênero da geografia. Nossos objetivos eram:

- Promover meios educacionais que veiculassem visões da geografia sobre sexualidades e teorias queer atendendo tanto a necessidades curriculares quanto pedagógicas;
- Promover nas geografias o interesse sobre questões relacionadas às sexualidades e estudos queer;
- Oferecer um ambiente favorável ao intercâmbio de ideias e o desenvolvimento de uma rede social para o enfrentamento da discriminação, baseada na orientação sexual e/ou práticas sexuais, dissonância de gênero e outras formas de preconceito sexual/gênero.

Tínhamos *esperança* que a pesquisa nessa área fosse desafiadora, bem como a contestação, a discriminação que queríamos como parte da missão do grupo. Pensávamos

que isso seria principalmente no contexto do Reino Unido, onde havia/há muito a ser feito!

Para mim, o reconhecimento do RGS/IBG e a inclusão nessa respeitada entidade oficial validou no Reino Unido os estudos geográficos da diferença sexual e de gênero. Mais do que isso, a nossa presença nessa organização nos torna parte do que a geografia 'é', ao menos no que concerne a pesquisa e ensino superior. Nós somos o grupo que é consistentemente espezinhado pela mídia quando dizem que a geografia 'foi longe demais' ou 'está desencaminhada', entretanto somos apoiados em todos os níveis hierárquicos pelo RGS/IBG, tanto em nosso trabalho quanto em nossa posição institucional.

**PJV e JMS – Em 2011, você, Kath Browne, e o *Space, Sexualities and Queer Research Group* (SSQRG) participaram ativamente na organização da primeira Conferência Europeia das Geografias das Sexualidades. Qual é o balanço que você faz do processo de organizar e realizar a conferência? Como, em sua visão, esse evento contribui para promoção dos espaços acadêmicos para além das geografias das sexualidades Anglófonas?**

**KB** – Há, sem sombra de dúvida, uma hegemonia Anglo-Americana nas geografias das sexualidades e embora eu seja irlandesa, sei que faço parte do 'cânone' Anglo-Americano! Aprendi no meu trabalho no *Count me In Too* que derrubar hegemonias, contestar privilégios e trabalhar através de fronteiras, culturas e diferenças é para ser difícil. Caso contrário é porque os questionamentos não estão sendo feitos, culturas estão sendo aceitas no lugar de integradas e, normalmente, durante esse processo, 'vencem' as relações de poder dominantes. Esse tipo de trabalho deve questionar nossos valores, modos predominantes que trabalhamos para sermos

colaborativos e inclusivos. E isso não é fácil! Sinto que a partir dessa conferência estabelecemos modos de trabalho, expectativas e aprendemos lições importantes. Muitas das quais não foram registradas e podem ser esquecidas! Entretanto, disso resultou uma questão pragmática fundamental que é a importância dos organizadores locais/chaves assumindo tarefas práticas com um grupo de consultores para fazer o trabalho dirigido. É necessário que o trabalho dirigido seja feito de modo colaborativo, apesar das múltiplas pressões acadêmicas aos quais estamos submetidos.

O artigo da Joseli Maria Silva na Conferência Europeia das Geografias das Sexualidades foi para mim bastante instigante, impondo-me uma reflexão sobre minha própria posição privilegiada, algo que espero nunca esquecer. Pensar sobre os nossos próprios privilégios é incômodo e perturbador e é assim que deve ser! Sei que não sou a primeira a ponderar essa forma de privilégio, mas sinto como se as geografias das sexualidades estivessem somente começando a lidar com isso. Demasiadas vezes atemo-nos ao ativismo ou outros temas mais consensuais, pois assim é mais fácil. Porém, há ainda muito a ser feito no questionamento da hegemonia Anglo-Americana nas geografias das sexualidades e das 'estrelas' do pensamento *queer* e devemos fazer isso, em grande parte, pois esse [processo] exclusivo prejudica o próprio ramo do conhecimento. Para contestar a posição privilegiada Anglo-Americana necessitamos localizar nosso pensamento - reafirmando que de *onde* a gente teoriza importa sobre o *quê* e como teorizamos (cf. BROWN, 2012 para uma excelente discussão concernente a homonormatividades). Mais do que isso, devemos fazer o difícil trabalho de abordarmos nossa posição privilegiada, suplantando hegemonias de modo que tenhamos dificuldade de pertencer ao, ou

reproduzir, 'o cânone'. Esse trabalho precisa ser feito com respeito e cuidado - compreendendo o quanto cada um investe de si em seu trabalho e ao questionar nossos privilégios nós criticamos nosso trabalho e o seu 'valor' - e isso será doloroso, porém recompensador.

Isso não quer dizer que somente os privilégios dos Anglo-Americanos é que devam ser reconhecidos e trabalhados. Isso foi o que a conferência nos ofereceu - porém, como há muito já debatido, devemos procurar examinar os privilégios em quaisquer lugares onde os manifestamos, seja no espaço acadêmico, identidades do pesquisador, etnicidades invisíveis, privilégios de gênero e a multiplicidade de outras maneiras em que a diferença social manifesta-se. Como eu já disse, é mais fácil focar 'em outro lugar' do que em nosso próprio privilégio e no lugar disso vemos somente o que temos em comum em nossa marginalização ou ativismo. Ainda que isso seja importante nós também devemos aproveitar as oportunidades onde os privilégios podem ser (incomodamente) destacados e não devemos mitigar essa busca com algo que faça-nos 'sentir bem'.

**PJV e JMS- O seu trabalho é prolífico em diversos temas: em alguns de seus escritos (*Journal of Rural Studies*, 2011 é um exemplo), você presta bastante atenção às questões das lésbicas. Quão importante é para você, e o seu trabalho, pesquisar especificamente lésbicas? E o que pensa você da correlação, ou não, entre pesquisas sobre as lésbicas nas geografias das sexualidades e as das geografias feministas?**

**KB** - Abordar a questão de gênero através das lésbicas, mulheres confundidas com homens ou pessoas trans é muito importante para mim. A masculinidade e os homens ainda predominam no meio acadêmico e isso não é menos verdadeiro nas geografias das

sexualidades, já que temos inúmeros estudos que focam homens (cis) gays - sendo que em alguns casos tal foco é explicitamente denominado e outros se referem somente aos homens, mas usando termos 'genéricos' - existindo um número bem menor de trabalhos feitos especificamente com mulheres, lésbicas e pessoas trans.

Meu trabalho usa diferentes lentes para explorar gênero e diferença de gênero, mas durante toda minha carreira eu tentei trabalhar nos limites entre geografias feministas e geografias das sexualidades e da diferença de gênero, não permitindo nem a uma nem a outra esquecer o que ambas implicam. Isso significa abordar o heterossexismo que pode ser encontrado nas geografias feministas, principalmente na pressuposição implícita de heterossexualidade (por exemplo, BROWNE, 2007). Por outro lado, também vejo como importante contestar o modo no qual sexualidade/queer é sobreposta por homens gays sem questionamentos. Gênero sempre importa e é crucial que as hegemonias da masculinidade, tanto entre quem faz pesquisa quanto quem é objeto dessa pesquisa, sejam objeto de uma reflexão crítica. Como aprendemos com as autoras lésbicas de geografia que nos precederam - e isso continua sendo válido - gênero recria espaços sexuais.

Focando transversalmente as vivências lésbica, gay, bissexual e trans, ativismos e subjetividades, e como estes criam espaço, diferença de gênero e solidariedades que permeiam nesta categoria questionaram tanto os pressupostos das dicotomias masculino/feminino que caracterizaram geografias feministas quanto das geografias das sexualidades/queer. As geografias trans acabaram de ter sua primeira edição especial em *Gender, Place and Culture* (2010). Eu, Catherine Nash e Sally Hines julgamos importante que isso se desse em um periódico

feminista com fortes laços com as geografias das sexualidades. Bagunçar os gêneros na contestação da estabilidade das fronteiras masculino/feminino também altera os princípios primordiais tanto das geografias feministas quanto das sexualidades. Entretanto, foder na teoria com as fronteiras de gênero não anula as relações injustas entre homens e mulheres, nem mesmo as experiências, por vezes, horripilantes daqueles que questionam as normas de gênero. Para mim são essas relações de poder que interessam, sendo elas centrais em meu trabalho.

**PJV e JMS – Em um de seus primeiros artigos - *Genderism and the Bathroom Problem: (re)materialising sexed sites, (re)creating sexed bodies* – você propõe o conceito de genderismo. O que este conceito significa para você hoje?**

**KB** – Genderismo foi uma tentativa de nomear o policiamento de gênero calcado em ideais heteronormativos específicos. Eu usei esse termo para “articular casos de discriminação, muitas vezes não identificados como tais, baseados na descontinuidade entre sexo/gênero com os quais um indivíduo identifica-se e como os outros, em uma variedade de espaços, leem o sexo/gênero deles” (BROWNE, 2004 p. 332; BROWNE, 2005). Falei nesse trabalho sobre a experiência de mulheres que são confundidas com homens e o policiamento de seus corpos, particularmente em um espaço generificado como o banheiro. Esse artigo supõe que as experiências de outremização recriam o banheiro como um espaço masculino/feminino e simultaneamente reproduzem corpos sexuados. Esse conceito foi desenvolvido em relação ao debate do cisgenderismo, um conceito usualmente empregado para discutir pessoas trans e variação de gênero (ANSARA e HEGARTY,

2009). Genderismo, para mim, pode ser aplicado ao policiamento e depreciação das pessoas trans, entretanto eu identifiquei que havia mulheres de gênero cis, cujas características sexuais secundárias coincidiam com suas identidades de gênero que estavam, em suas perspectivas, sendo mal-interpretadas. Para esse grupo, então, cisgenderismo não se adequava ao policiamento que vivenciaram. A vivência delas indica claramente a arbitrariedade da leitura (errônea) dos corpos, e como tais leituras têm um papel crucial não somente para generificar os corpos, mas como também generifica espaços dentro de uma dicotomia masculina/feminina.

**PJV e JMS – De que maneira a teoria queer influencia o modo como analisamos, na geografia, as ligações entre gênero e sexualidade?**

**KB** – Claramente a fluidez de gênero/diferença sexual que identifiquei no meu trabalho sobre mulheres que são confundidas com homens inspira-se e aprofunda proposições [do pensamento] queer de performatividade das identidades e corpos. [o conceito de] Queer, tanto quanto isso possa ser definido, oferece meios bastante úteis de explorar as intersecções entre gênero e sexualidades, entretanto nas geografias ainda continuam existindo as divisões entre as áreas feminista/gênero e estudos da sexualidade, sendo que as geografias lésbica e trans (cf. BROWNE, 2006; BROWNE et al., 2010) postam-se bisonhamente no meio delas. Se atentarmos mais às produtivas intersecções entre as geografias feministas e das sexualidades (cf. WRIGHT, 2010), em minha opinião, instigariamos tanto as geografias feministas quanto as geografias das sexualidades/queer. Para as geografias feministas, continuam existindo a necessidade de abordar a

contestação queer de masculino/feminino (cf. BROWNE et al., 2010). Nas geografias das sexualidades, gênero pode ser negligenciado e queer ser implicitamente associado com homens (gays). As geografias queer estão em uma posição favorável para contestar a tanto hegemonia dos gêneros binários quanto a dominação masculina que permeiam os debates nas geografias das sexualidades.

**PJV e JMS – Uma das inovações de seu trabalho é a forte ligação com formas de pesquisa participativa como na pesquisa comunitária “Count Me In Too. Researching lesbian, gay, bisexual e trans lives in Brighton & Hove”. Você poderia explicar melhor o que é esse programa de pesquisa?**

**KB** - *Count Me In Too* é um projeto de pesquisa onde lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans (LGBT) compartilharam suas opiniões e experiências, trabalharam com prestadores de serviços e outros para reunir e apresentar testemunhos que promovessem mudanças positivas para as pessoas LGBT. Os dados eram colhidos de pessoas LGBT que vivem, trabalham e socializam em Brighton e Hove. Em 2006, 819 pessoas responderam questionários e 69 debateram temas nos grupos focais. Esses incluíam pessoas LGBT com identidades compartilhadas como: pessoas idosas, jovens, negros e minorias étnicas, vítimas de crimes ódio e pessoas surdas. Os dados foram inicialmente analisados por um **Grupo de Ação** composto por pessoas LGBT locais e os resultados preliminares foram publicados em junho de 2007, em um relatório acadêmico paralelamente com um relatório comunitário. Desde então o projeto, com a participação de pessoas LGBT e prestadores locais de serviços, já produziu 10 relatórios detalhados orientando políticas em uma variedade de temas. Os detalhes do projeto e todos os

relatórios podem ser encontrados em [www.countmeintoo.co.uk](http://www.countmeintoo.co.uk) e o livro *Ordinary in Brighton: LGBT, Activisms and the City* será lançado em novembro de 2013.

**PJV e JMS – E, em sua perspectiva, qual é o impacto na academia e ativismo, deste tipo de projeto de pesquisa comunitário?**

**KB** – Projetos de pesquisa comunitária como *Count Me In Too* podem ser caracterizados como 'participativos', os quais buscam reposicionar comunidades, ativistas, usuário dos serviços e outros não simplesmente como sujeitos de uma pesquisa ou recebedores de serviços, mas sim como “centrais para a solução de problemas sociais” (TAYLOR, 1999, p. 372). Contudo, abordagens participativas não necessariamente contornam a questão do poder, e pesquisa participativa não é inerentemente ou, necessariamente, progressiva. Essas abordagens não são, portanto, benignas e Kesby argumenta que no trabalho 'sujo' das abordagens participativas, nós não deixamos de “macularmo-nos com o poder” (2007, p. 2827). Existe o risco de contemplarmos as pesquisas participativas/comunitárias/ativistas como algo que tornam os interesses e objetivos acadêmicos 'relevantes', 'úteis', bem como, 'impactantes'. Sendo que, em muitos casos, os acadêmicos estudam os ativistas, extraindo nosso pensamento das ações deles.

Existe o sério risco que, ao empreender esse tipo de pesquisa, as relações de poder da academia sejam reiteradas ao invés de refutadas e subvertidas. No *Count Me In Too* a posição da academia, a utilidade da Universidade e a importância da pesquisa eram constantemente questionadas, bem como minha posição de 'expert'. Tal [posição] precária é necessária para questionar diferenciais de poder muito arraigados.

**Paulo Jorge Vieira e Joseli Maria Silva**

Minha posição quanto a esse tipo de pesquisa é que, embora devemos ser constantemente cautelosos com (e nunca esquecermos) a disposição do poder acadêmico e a imposição de nossos próprios objetivos, espaços participativos podem proporcionar arenas socioespaciais diversas de nossas vivências cotidianas (KESBY, 2008). Há muito potencial em empreender trabalhos com ativistas para efetivar mudanças sociais positivas. Mais do que isso, envolver-se na co-criação de pesquisas é uma experiência empoderadora.

Eu argumentaria que o que falta na discussão sobre as relações acadêmicos/ativistas são os formuladores das políticas e os ativistas que com eles trabalham, ou de fato são, 'eles'. Por demasiadas vezes um Estado homogêneo é apresentado como 'o inimigo' (cf. BROWNE, 2011). Entretanto, paralelamente ao ativismo que pretende trabalhar contra o Estado, os geógrafos das sexualidades/queer devem considerar trabalhar com e influenciar os responsáveis pela criação de legislações que visam mundos mais igualitários. Ao trabalhar transversalmente academia, ativismo e/ou formulação de políticas, eu continuo apreensiva quanto às pesquisas participativas que não se engajam em uma autorreflexão crítica buscando reconhecer e lidar com relações de poder à medida que elas emergem, bem como privilégios obtidos dentro da academia.

**PJV e JMS – *Queer Methodologies* é um dos livros que você editou, juntamente com Catherine Nash. Se o livro é uma proposta com fortes exemplos interdisciplinares e transdisciplinares, nossa pergunta é como você vê a influência das metodologias queer na geografia?**

**KB** – Como vocês disseram, muito do livro é transdisciplinar e aplica-se

simultaneamente a muitas disciplinas e campos de estudos. Primeiramente é importante notar que nesse livro falamos de metodologias das ciências sociais. Assim, não o consideramos queer como uma metodologia, mas sim as implicações do pensamento queer para os métodos de pesquisa. Respondendo sua pergunta nesse sentido, há muitas possibilidades ao examinar o uso da geografia de métodos das ciências sociais. O uso de métodos das ciências sociais pelos geógrafos, tais como entrevistas, grupos focais, questionários, cômoda mesma maneira que metodologias como etnografia, ainda tem muito que lidar com as implicações [dos conceitos] de gênero e da fluidez da sexualidade, bem como com o questionamento das normatividades que busca o pensamento queer. Especificamente métodos geográficos tais como SIG e a pesquisa das normatividades, nessa área, possibilitaram alguns mapeamentos de temática inovadora assim como os encontrados no trabalhos de Mei-Po Kwan. O que a geografia tem a oferecer que poderia ser correlacionado de modo bastante interessante a isso é o trabalho em geografias não-representacionais. Tanto Jason Lim (2007) quanto Rachel Coll (2012) exploraram o potencial produtivo de correlacionar essa área com as geografias queer, porém ainda há muito a ser feito.

**PJV e JMS - Em um artigo escrito recentemente com Leela Bakshi – *Don't look back in anger: Possibilities and Problems of Trans Equalities* – você fala de como as políticas de austeridade podem influenciar as políticas LGBT e queer na Inglaterra. Em um momento político e econômico bastante complicado na Europa, quais efeitos você prevê no futuro?**

**KB** – As conexões entre classe e sexualidade mostraram-se importante para compreensão do “mundo que nós conquistamos<sup>1</sup>” (por exemplo, MCDERMOTT, 2011), em termos de ganhos para alguns dissidentes sexuais ou de gênero por toda Europa. Muitos já argumentaram que legislações igualitárias e os ganhos das legislações sexuais e de gênero afetaram de diferentes maneiras as pessoas LGBT. Entretanto, as conexões entre diferença de gênero e pobreza ainda não foram totalmente analisadas pela geografia. As implicações da austeridade serão espacialmente vivenciadas e os geógrafos estão em uma posição privilegiada para compreender isso e espera-se, intervir, seja através de sua influência nas políticas públicas ou em seu ativismo. Enquanto que as questões de identidade, práticas, desejos e relações permanecerão cruciais para a subdisciplina; diferença sexual e de gênero podem também serem abordadas transversalmente na disciplina incluindo, por exemplo, a geografia médica e estudos sobre habitação. Para o primeiro, podemos citar a questão do HIV, bem como o acesso a procedimentos médicos para pessoas trans e tratamentos para fertilidade podem ser temas fundamentais para estudo. Para o segundo, há a questão fundamental de uma política habitacional para pessoas LGBT que migram para as áreas urbanas fugindo da violência e buscando uma comunidade, segurança e inclusão. Por fim, a sua pergunta remete-me para a migração para e na Europa como uma consequência, e apesar, das políticas de austeridade. O movimento de dissidentes sexuais e de gênero, que legitimamente necessitam de asilo, e como as comunidades LGBT relacionam-se com diferenças raciais e culturais são só algumas das áreas que os geógrafos estão em uma posição privilegiada para compreender.

**PJV e JMS – E, no caso, o que você pensa que serão as implicações da ascensão da extrema direita em tantos países da Europa?**

**KB** – Em contraste com a suposta 'tolerância' da Inglaterra, América do Norte e algumas partes da Europa (ocidental), a oposição à igualdade LGBT pode ser situada em 'outros' lugares (notavelmente associados com certos países 'muçulmanos', africanos e da Europa oriental). Isso pode mascarar a resistência à inclusão sexual e de gênero em lugares como a Europa ocidental e Canadá, algo corrente e que questiona as narrativas dominantes de 'progresso', que por sua vez são usadas como justificativa para a opressão (cf. PUAR, 2007). É necessário explorar a reafirmação de certas formas hegemônicas de heteronormatividades juntamente com homonormatividades exercidas por muitos estudiosos queer em anos recentes. Resistência visível e audível emana de diversas e heterogêneas fontes como grupos conservadores, 'pró-família' e organizações religiosas. Assim como existem as geografias para a 'aceitação' das vivências LGBT, existem geografias em formas e contextos que resistem à proteção LGBT, refletindo constituições espaciais bem mais complexas do que sugerem termos monolíticos como 'Direita Cristã' ou 'Conservadorismo'.

Além disso, o desenvolvimento de mídias digitais e da resistência transnacional significa que essas redes são facilitadas, em parte, pelas novas mídias, a internet e redes sociais tais como Facebook e Twitter. Dada a internacionalização das organizações facilitada pelas novas mídias, há a necessidade em desenvolver uma conceitualização que dê conta da circulação transnacional dos discursos de resistência. Isso precisa atentar a nuances espaciais, considerando similaridades e diferenças entre diferentes países, entre urbano/rural, e o

## Geografias das Sexualidades: deslocando hegemonias? Uma entrevista com Kath Browne

deslocamento dos discursos de resistência. Catherine J. Nash e eu estamos no momento desenvolvendo um projeto, apoiado pelo Social Science and Humanities Research Council (Canadá), que aborda como essas resistências transnacionais formulam resistência política e social a iniciativas LGBT de modos geograficamente específicos que refletem contextos local e nacional.

---

<sup>1</sup> “World we have won”, no original, referência ao livro de Jeffrey Weeks: “The World We Have Won: the remaking of erotic and intimate life since 1945” .

### Referências

ANSARA, Graviel; HEGARTY, Peter. Cisgenderism in psychology: pathologising and misgendering children from 1999 to 2008. **Psychology & Sexuality**, v. 3, n. 2, p. 1 - 24, 2011.

BROWN, Gavin. Homonormativity: A Metropolitan Concept that Denigrates 'Ordinary' Gay Lives. **Journal of Homosexuality**, v. 59, n. 7, p. 1065 - 1072, 2012.

BROWNE, Kath (2004) Genderism and the bathroom problem: (Re)materialising sexed sites, (re)creating sexed bodies. **Gender, Place and Culture**, v. 11, n. 3, p. 331 - 346, 2004.

\_\_\_\_\_. Reading and [mis]reading female masculinities. In: VAN HOVEN, Bettina; HÖRSCHELMANN, Kathrin (Eds.) **Spaces of Masculinities**. London: Routledge, 2005, p. 237-248.

\_\_\_\_\_. A right geezer bird (man-woman):

The sites and sights of 'female' embodiment **Acme, Special Edition: Gender and sex**, v. 5, p. 121-143, 2006b.

\_\_\_\_\_. Lesbian geographies. **Social & Cultural Geography**, v. 8, p. 1 - 7, 2007.

BROWNE, Kath; BAKSHI, Leela. Insider activists: The fraught possibilities of LGBT activism from within. **Geoforum**, v. 49, p. 253-262, 2013.

BROWNE, Kath; NASH, Catarina; HINES, Sale. Introduction: towards trans geographies. **Gender, Place & Culture**, v. 17, p. 573 - 577, 2010.

COLLS, Rachel. Feminism, bodily difference and non-representational geographies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, p. 430 - 445, 2012.

KESBY, Mike. Spatialising participatory approaches: the contribution of geography to a mature debate. **Environment and Planning A**, v. 39, p. 2813 - 2831, 2007.

KINDON, Sara; PAIN, Rachel; KESBY, Mike. **Participatory Action Research Approaches and Methods: Connecting People, Participation and Place**. London: Routledge, 2008.

LIM, Jason. Queer Critique and the Politics of Affect. In: BROWNE, Kath; BROWN, Gavin (Eds.) **Geographies of Sexuality: Theory, practices and politics**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 53 - 67.

MCDERMOTT, Elizabeth. The world some have won: Sexuality, class and inequality. **Sexualities**, v. 14, p. 63 - 78, 2011.

PUAR, Jasbir. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times**. Durham: Duke University Press, 2007.

Paulo Jorge Vieira e Joseli Maria Silva

**Geografias das Sexualidades: deslocando hegemonias?  
Uma entrevista com Kath Browne**

TAYLOR, George. Empowerment, Identity and Participatory Research: using social action research to challenge isolation for deaf and hard of hearing people from minority ethnic groups. **Disability and Society**, v. 14, p. 369 - 384, 1999.